

Caracas: a conferência termina, sem acordo.

A conferência sobre a dívida externa latino-americana (mais de US\$ 300 bilhões) terminou ontem em Caracas sem nenhum acordo para solucionar o problema. Os Estados Unidos propuseram que todos adotem a receita recessiva do Fundo Monetário Internacional — repelida energicamente pela Venezuela. Por sua vez, o governo brasileiro, que já pratica a política determinada pelo FMI, voltou a manifestar sua esperança numa solução externa para a vultosa dívida do país (igual a um terço da dívida continental).

O subsecretário do Tesouro dos EUA (que votaram contra a realização da conferência, só concordando em participar depois de muita reticência), Beryl Sprinkel, manifestou-se contrário às políticas de "ajuste gradual", defendendo o chamado "tratamento de choque":

— Nenhuma quantidade de empréstimos, reescalonamentos ou assistência para o desenvolvimento terá efeitos duradouros se decisões políticas duras são retardadas — afirmou Sprinkel.

Diante disso, o secretário do Sela (Sistema Econômico Latino-Americano), o peruano Carlos Alzamora, frisou: "Torna-se mais urgente

te agora uma ação combinada na negociação". Afinal, parte da crise do Terceiro Mundo foi importada dos países ricos: dos US\$ 114 bilhões pagos pela região entre 1979 e 1982, só a título de juros de empréstimos (forçados pelos banqueiros em anos anteriores, para reciclar os petrodólares) US\$ 49 bilhões, quase 50%, corresponderam a altas dos juros, provocadas pela política do presidente Ronald Reagan.

Na mesma linha de raciocínio, o presidente da Venezuela, Luís Herrera Campins, afirmou: "A América Latina está disposta a pagar o que deve. Não pretende desconhecer a dívida contraída. Quer honrar suas obrigações". No entanto, quer que os credores compreendam a importância de não pressionarem demais, por meio do FMI. O Fundo "não pode ser um policial dos bancos internacionais".

E acentuou: "Não pedimos aos países industrializados nada que ultrapasse o mundo do possível e do conveniente. Desejamos que se adequem prazos, taxas de juros e demais condições do serviço da dívida à realidade econômico-financeira de cada país e a suas exigências de desenvolvimento". A dívida venezuelana é de US\$ 35 bilhões, a

quarta maior do Continente, depois do Brasil, México e Argentina.

Herrera Campins disse que a América Latina está consciente da necessidade de realizar ajustes, mas rejeita políticas que não levam em conta as "repercussões sociais e os tremendos sacrifícios que isto implica para a classe média e os pobres".

Referindo-se à passagem bíblica sobre a luta entre David e Golias, advertiu: "Ainda existem fundas, pedras e Davids (para arremessá-las)".

De seu lado, o governo Figueiredo preferiu não mandar representação de nível ministerial a Caracas. O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Nóbrega, falou em lugar do ministro Ernane Galvães.

Apesar da acirrada concorrência norte-americana contra os produtos brasileiros e da perspectiva de volta de aumento dos juros, Mailson Nóbrega insistiu em que a solução da crise é externa: depende da redução dos juros e da reativação do comércio internacional. Para ele, ainda que o País faça todo o possível para ajustar sua economia internamente, isso não resolverá a crise.